

## Mona, estamos no século 21

O movimento de aids ao estabelecer formas de mediações e reivindicar novas agendas políticas na interação com a agência estatal jogou luz sobre temáticas privadas e temas tabus e/ou invisíveis. Empréstima a sua experiência de articulação e interação para o surgimento e fortalecimento do movimento social travesti, que será apresentado neste capítulo. A emergência desse movimento é o que podemos chamar de “resultado” de um processo que começa com o aparecimento de uma doença sexual que trouxe estigma e preconceito e das dinâmicas estabelecidas para seu enfrentamento.

A proposta que se coloca nesta última parte do trabalho não tem a intenção de abranger todos os aspectos implicados no movimento social travesti, mas, em caráter exploratório, demonstrar que as dinâmicas da aids que começaram a ser construídas na década de 1980 serviram de esteio para a emergência de novas configurações coletivas e sua visibilidade política.

O movimento travesti forjado a partir da interação entre PN, ONGs e movimentos adquire vida própria e abre caminhos para suas questões específicas para além daquelas previstas no âmbito da aids.

Neste capítulo, proponho uma incursão acerca da visibilidade política do movimento social travesti. Para isso, faço uma breve discussão sobre a compreensão de gênero fora da chave da essencialização. Será observado que a normatização de gênero é uma construção social e são variadas as formas de sua representação. Essa discussão se faz necessária para compreender o gênero travesti. Ancorada em etnografias e outros trabalhos, mostro como as travestis constroem discursos que as produzem como sujeitos. Na segunda parte deste capítulo, apresento que a emergência do movimento travesti está relacionada com a produção de agendas dos movimentos sociais e sua reivindicação no mundo público. O movimento travesti ganha visibilidade a partir dos processos de interação estabelecidos ao longo do tempo e seu empoderamento parte da sua organização política. Indico que as dinâmicas da aids fortalecem, visibilizam e legitimam o movimento travesti que reelabora discursos em sua disputa pelo

espaço político.

Dois esclarecimentos são importantes de serem feitos. O primeiro é em relação ao título que incorpora a linguagem nativa: “Mona” é como as travestis chamam umas as outras de forma positiva. O segundo é em relação à referência gramatical aqui utilizada: as travestis. Essa é uma incorporação política a partir da demanda do movimento social travesti que, como afirma Benedetti (2005), reivindica o respeito à sua construção feminina.

Importa dizer que este capítulo por si só valeria um trabalho a parte. Foi construído dentro da lógica do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do qual esta dissertação é fruto, na tentativa de orquestrar as três áreas das Ciências Sociais. Nesse sentido, é possível atribuir a ele um certo caráter de antropologia política.

## 5.1.

### A travesti

Para compreender o gênero travesti é preciso deslocar a ideia de um gênero instituído “naturalmente” e diretamente relacionado com a genitália para uma concepção de construção simbólica. Entender a experiência identitária das travestis é olhar sob uma lente da identidade ou identificação apontadas por Hall (2002) e Butler (2007) como um processo construído discursivamente. Portanto, não é pré-estabelecida e/ou cristalizada, porque está sempre em transformação constante a partir da interação com o outro. As experiências travestis estão em constante negociação com as normas sociais e de gênero que tentam “enquadrá-las”. Negociações compreendidas naquilo que entendem pela representação do feminino e masculino.

A atuação feminista e os estudos feministas<sup>55</sup> foram iniciados nos EUA, na década de 1960. No Brasil, ao contrário dos EUA, a academia foi o primeiro espaço no qual as questões de gênero começaram a aparecer na década seguinte. A década de 1980 foi marcada pela construção de uma distinção entre o sexo e o gênero, a partir da qual se postulou a substituição do termo mulher por gênero

---

<sup>55</sup>Para um aprofundamento sobre as diferenças de abordagens e atuação nos EUA, Brasil e França ver Heilborn & Sorj, 1999.

como categoria analítica contribuindo para que se rejeitasse o determinismo biológico implícito no uso dos termos sexo ou diferença sexual e a ênfase dos aspectos relacionais e culturais da construção social do feminino e masculino (Heilborn & Sorj, 1999, pp. 187-8).

A distinção entre corpo e gênero começou a ser esboçada, traçando a diferença entre construção cultural e anatomia – que começaria a ser desnaturalizada. A perda do estatuto do corpo como referente natural traria à tona a contestação de uma natureza corporal que estaria inscrita em certas práticas de certos estatutos sociais. A quebra da causalidade romperia com a ideia da existência de uma natureza corporal que sustentaria determinadas práticas e estatutos sociais que implicariam, por exemplo, em inferioridade de determinados grupos.

O conceito de gênero, ao descolar a identidade da circunscrição do sexo biológico, traz à luz a ideia de que a identidade não necessariamente corresponde a uma anatomia específica ou a qualquer elemento corporalmente inscrito. Isso seria fundamental para a desnaturalização do corpo e traria possibilidade de tratar do corpo como construção cultural. Dessa forma, o corpo se torna centro de críticas das condições sociais.

Posteriormente, a desnaturalização das identidades de gênero alcançada pelos esforços feministas contribuiu para que os processos de construção de identidades transgênero<sup>56</sup> fossem percebidos como processos semelhantes aos “normais” (Bento, 2006). A partir disso, os estudos sobre homossexualidade daí recorrentes contribuíram para desenglobar a sexualidade da performance de gênero e orientação sexual. (Heilborn & Sorj, 1999, p.219).

Berenice Bento (2006) em seu trabalho “A reinvenção do corpo” adverte sobre a construção social das normas de gênero. Ela ilustra que é nessa dinâmica que são estabelecidas as estratégias para determinar qual seria o sexo forte e qual seria o sexo frágil, pecaminoso. Essa disputa pela hierarquia, aprofundada principalmente a partir do século XVIII, foi fundamentada na diferença entre os corpos, importante para a concretização – a partir da análise científica – de um estatuto social no qual a mulher seria preterida.

---

<sup>56</sup>Segundo o Manual de Comunicação LGBT (2010), essa é a terminologia utilizada para descrever pessoas que transitam entre os gêneros. São pessoas cuja identidade de gênero transcende as definições convencionais de sexualidade.

É no século XVIII, vai afirmar Laqueur, que o sexo tal qual conhecemos foi inventado, pois punha a morfologia feminina como uma morfologia inversa à do homem e os sexos começariam a ser vistos como opostos e não mais complementares. Porém, essa “descoberta” científica só faz sentido quando em um contexto social propício: a partir do estabelecimento político no qual os seres humanos seriam iguais. Ela evoca o dimorfismo sexual como um discurso para justificar o lugar social da mulher. A anatomia comprovaria a representação da mulher na hierarquia como ordenação da política. Para Laqueur, são as transformações na ordem política e ideológica das sociedades a origem da mudança de entendimento sobre os sexos. A diferença sexual passou a ser inscrita nos corpos e fundamentadora da diferenças de gênero. “É o gênero que inventa o sexo”, aponta Laqueur. (Heilborn, 1998; Heilborn & Sorj, 1999; Rohden, 1988).

O corpo, as diferenças morfológicas entre eles e suas funções tornam-se lócus de disputa para uma ordenação social tal qual a ideologia hegemônica deseja. É importante observar que a humanidade não evoluiu significativamente no que diz respeito aos seus corpos, no que diz respeito à matéria. Evolutivamente, o corpo contemporâneo é o mesmo corpo que antes era encarado como apenas um sexo e duas funções sociais. O que mudou foi a representação sobre ele e, a partir disso, a construção do significado de gênero.

O conflito de identidade de gênero foi ressignificado e passou a ser orientado pela busca do “sexo verdadeiro” sob a ótica de corpo individualizado definido pela medicina. O aparato tecnológico<sup>57</sup> seria um homogeneizador de discursos e práticas e, ao ser apropriado pela medicina, aprofundaria o conflito de gênero uma vez que categoriza o que é ser “normal” (Bento, 2006).

A existência das travestis e transexuais acirra as problemáticas em torno de uma condição de ambiguidade em relação às normas binárias do sexo e de gênero socialmente construídas sob pilar heteronormativo.

Uma vez que a realidade demandava novos pressupostos, o caminho dos estudos feministas começou a se constituir a partir de um entendimento da experiência trans fora da chave de patologia e opondo-se ao padrão e ao essencialismo de uma única identidade. A postulação da diferença sexual abre as possibilidades de emergência de respostas sociais e políticas múltiplas que

---

<sup>57</sup> Na definição de Bento (2006), em que predomina a visão heterossexual.

provocariam diferentes relações políticas e culturais. O debate sobre o modelo social e sexual heterocêntrico foi conflitado com a emergência da visibilidade das trans que constroem um discurso que rompe com a “naturalidade” do sexo e sua correspondência vinculada a ele. Esse discurso revela que não há um sentido universal para o ato sexual, que pode ter significados diferentes.

A normatização do que é normal e anormal, sagrado e profano é constitutivo e variante de cada cultura. Hertz (1980), a partir do entendimento do corpo como lugar de significado, concede explicação para uma construção social da dualidade justificadora da hierarquia e definidora do que é sagrado e profano, certo e errado, normal e anormal<sup>58</sup>. A sociedade Ocidental não é diferente. Embora as culturas envolvidas não sejam homogêneas, o processo civilizador é normativo de certos consensos sobre a normalidade e anormalidade. O autor aponta que as culturas usam o corpo de maneira diferente, cada uma vai significar a maneira como esse corpo vai se ligar ao mundo e isso implica diferentes visões acerca dos corpos, sexos e atribuições a eles dadas. Na Melanésia<sup>59</sup>, as identidades de gênero não são de interpretação única, a pessoa seria uma espécie de permanente vir a ser. No Ocidente impera a visão da medicina do século XIX, na qual é o corpo em si (físico) que comprova a existência.

Uma vez que estamos enraizados no mundo de maneira corporal, como afirma Csordas (2008), é preciso conferir importância a esse corpo que se deseja trans como lugar de transformação e experiência. A construção da corporalidade seja pela introdução de silicone, cirurgia de sexo ou qualquer outra intervenção é a forma de viabilizar a conexão dessas pessoas com o mundo e serem reconhecidas.

As transformações no corpo são recursos para a aceitação. Mas, uma vez que o biopoder (Foucault, 1979) é sancionador e, ao mesmo tempo, produtor, o corpo é uma produção dessas formas de poder. Portanto, a partir da transformação corpórea há um enfrentamento da ideia do corpo naturalmente dimórfico e a “verdade” passa a ser produzida pela performance, a partir da qual se dá a identidade de gênero.

---

<sup>58</sup>Entre os Maori, por exemplo, o homem é sagrado e a mulher profana – é ela que tem as possibilidades de bruxaria. Isso reflete diretamente nas divisões do trabalho e na hierarquia da sociedade.

<sup>59</sup>De acordo com Strathern, Marilyn, *The gender of the gift*. Berkley, Los Angeles, University of California Press, 1988, *apud* Heilborn & Sorj, 1999.

### 5.1.1.

#### **Persistência e luta**

As travestis são excluídas socialmente. Diria, ainda, que são invisibilizadas, nos termos de Soares (2004), nas quais são projetados estigmas que decorrem principalmente do preconceito ou da indiferença, de uma “violência simbólica” (Bourdieu, 2000). Essa invisibilização se daria não apenas porque poucas vezes as encontramos na padaria, mas porque para ocupar espaços públicos elas precisam reafirmar seus direitos a todo instante.

Ainda me lembro da primeira vez que entrei em contato com as travestis, tinha uns 13 anos. Foi em um passeio de carro no qual o motorista as exibia como um produto exótico e desprezível da sociedade. Ele havia me perguntado: “quer ver uma coisa estranha?”. Com o meu sinal positivo, fomos em direção ao bairro da Glória, no Rio de Janeiro. Em meio às ruas em penumbra, ele apontava para pessoas paradas na esquina. Eram prostitutas, bonitas, sedutoras, em saltos altíssimos, daqueles que até hoje não consegui usar. Roupas coloridas, curtas e justas. O “guia” me direcionava, “olha de novo”. Levei um tempo para entender do que ele estava falando. Todo o seu discurso tinha um tom de desaprovação, quase nojo e era no sentido de atribuir a aquelas pessoas uma posição diminuída, como se fizessem algo errado. Durante seu diagnóstico de aberração, eu franzia a testa. Aquela situação era, no mínimo, inusitada. De fato, nunca havia visto uma travesti pessoalmente, mas enquanto o motorista falava, só conseguia me entreter com os saltos que elas usavam, achava fascinante. Hoje posso entender o que me pareceu estranho naquela ocasião: a reação do motorista era um dado empírico do que a maior parte da sociedade vê. As travestis, ali na Glória, estavam em contexto de possibilidades de serem fisicamente e verbalmente agredidas, algo comum em suas vidas.

As etnografias produzidas por Don Kulick (2008) - “Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil”, sobre as travestis em Salvador – e por Marcos Benedetti (2005) - “Toda feita: o corpo e o gênero das travestis”, sobre as travestis em Porto Alegre - contribuem para elucidar a construção do discurso travesti. Por meio delas, podemos compreender a inscrição em seus corpos que as produzem como sujeitos. Ambos os autores observam que passeios como o que tive e possibilidades que hoje posso compreender são absolutamente rotineiros nas vidas

das travestis.

As suas lutas começam ainda como “meninos” nas instituições da família e escola. Já nesses espaços sofrem todo tipo de violência que vão do xingamento de sua condição homossexual à expulsão de suas casas<sup>60</sup>, quando são percebidas suas identificações com os papéis femininos.

É, geralmente, fora de casa que as travestis começam a “se realizar” como tal. Normalmente começam a transformação corpórea, estruturante de sua visão de mundo, como afirma Benedetti, a partir de hormônios, principalmente contraceptivos que ajudam a torner suas formas e forçando a sua voz a um falso, as aproximando dos atributos da representação do feminino.

Na maior parte dos casos, ao sair de casa, as travestis procuram a prostituição como meio de ganhar a vida e ter prazer. Poucas são aquelas que conseguem outro tipo de profissão, e quando conseguem, são ocupações consideradas femininas e/ou com menor remuneração. Porém, embora essa seja a profissão de prostituta exercida por haverem poucas disponíveis, as travestis, como verificam os autores, a exercem por dinheiro, mas também para obter aquilo que as edifica como travestis: elas sentem-se mulheres. Essa é uma concepção fundamental para entender o gênero travesti. Ao contrário da maior parte das transexuais – que desejam a operação de sua genitália para serem mulheres –, as travestis não desejam ocupar esse lugar na sociedade. Sentir-se mulher é o seu desejo mais profundo, permitido pelas alterações corporais e pela sua interação negociada.

É na rua, na “batalha”, como elas dizem, que os olhares masculinos voltam-se para seus corpos construídos femininos. O desejo do outro faz com que a travesti eleve sua autoestima e proporciona o prazer sexual em um sentido dado por Le Breton (1999), segundo o qual o olhar do outro seria a entrada de um compromisso com o mundo, porque o outro é a estrutura que organiza a ordem significativa do mundo. O desejo, afirma o autor, sempre passa pelo outro, uma vez que nunca estamos sozinhos em nosso corpo. Em suas palavras:

*Sem a mediação estruturada do outro, a capacidade de apropriação significativa do mundo pelo homem é impensável: seu corpo jamais se abre por si mesmo a*

---

<sup>60</sup> Kulick afirma que muitas vezes elas saem por livre vontade para que possam viver livremente sua natureza feminina.

*inteligência dos gestos ou as percepções que lhes são necessárias. (Le Breton, 1999, p. 16. Tradução minha).*

Muitas vezes, as travestis têm relações com rapazes durante o período de trabalho sem esperar gratificação financeira, apenas a realização de seu desejo feminino. Os trabalhos de Kulick e Benedetti também revelam aspectos da vida sentimental das travestis. Aos seus maridos são atribuídas as características e performances masculinas que, como afirma Miguel Almeida (1995), também precisam ser apropriadas, reiteradas e performáticas. As travestis possuem regras específicas, um esquema firmemente estabelecido. Seus homens devem desempenhar desejos e práticas apropriadas: desejá-las, serem másculos e vigorosos, desempenharem papel ativo na relação sexual.

O gênero travesti não deve ser categorizado como um terceiro gênero<sup>61</sup>, pois está inserido em um sistema binário. No entanto, criam um feminino particular que “se constrói e se define em relação ao masculino” (Benedetti, 2005, p. 132), regido por outros princípios que agrupam, entre outros, os princípios da diferença, a dualidade ativo/passivo, masculino/feminino. Com seus maridos desenvolvem relação de dependência e poder, uma troca na qual as travestis usualmente os sustentam, e eles as “dominam” como prova de sua masculinidade. Suas relações estão baseadas em uma estrutura na qual os maridos desempenham o importante papel, não de lhes oferecer sexo, mas o gênero, como afirma Kulick.

A atividade da prostituição contribui em outros atributos para a construção travesti. Como revela Maluf (2002), a “natureza” do corpo é reinventada e está no “processo que o fabricou”. Nesse sentido, a natureza do corpo das travestis está na sua reinvenção constante de seus corpos e identidade. O dinheiro de seu trabalho, para além de atender suas necessidades básicas, serve para preencher os seus desejos travestis para o qual destinam boa parte de seus ganhos: aplicações de silicone em seus corpos, roupas, maquiagem.

A construção da identidade travesti discursivamente em seus corpos e performances depende de processos de negociação e interação com o outro. Seu desejo travesti é reforçado pela autoidentificação com uma travesti, que lhes

---

<sup>61</sup> Embora o trabalho de Klein (1999) aponte que algumas travestis reivindicam a possibilidade de serem reconhecidas como um terceiro gênero, indo além do sistema binário, todos os outros trabalhos com os quais tive contato circunscreveram o gênero travesti em uma inflexão do feminino. Essas “diferenças”, eu suponho, apenas reforçam a dimensão continuamente fluida e transformadora da identidade.

garante legitimidade para seus desejos sexuais e de transformação. É por meio dessa identificação que elas começam seu processo de aprendizado da construção do feminino, “aprendem quais alterações corporais são mais valorizadas e como efetivá-las” (Benedetti, 2005, p.102).

Segundo Bourdieu (1977), o corpo está implicado em um conjunto de relações sociais e de relações de poder. Ao corpo socialmente objetivado, o olhar do outro é fundamental no estabelecimento da relação porque ele constrói, é o que aprova e desaprova de acordo com a sociedade. A relação com o próprio corpo constitui uma maneira de estar no meio social por meio da distância entre o corpo real e o legítimo – este especificado pelo gênero. É em direção ao corpo legítimo que as travestis buscam a “perfeição corporal” e, a partir dessa construção, sentir-se bem e aprovar-se.

Benedetti aponta a importância da identificação e da observação de outra travesti para a construção desse corpo legítimo referido por Bourdieu e que aciona o mecanismo do desejo deslocando da homossexualidade para o desejo travesti. Ao identificar o papel fundamental que exerce uma “madrinha” travesti na interação com a “novata” travesti mostra que, além do aprendizado do feminino, essa relação tem a função de contribuir em seu processo de construção corporal e inserção social. É essa relação regida pela dádiva de obrigações recíprocas de troca de respeito, confiança, admiração e proteção que as travestis refinam os códigos aprendidos. Inseridas nessa rede de relações, buscam a aprovação social de seu comportamento para implementar a identidade que constroem para si.

*Esse é o caráter relacional do feminino construído pelas travestis: um feminino que existe em função do gênero do outro, seja mulher, homem ou travesti. É um feminino que está presente nos corpos travestis e nos usos e valores por elas atribuídos aos corpos. É um feminino que ganha sentido quando em relação ao gênero dos outros, especialmente dos homens, que faz as travestis se sentirem femininas. (Benedetti, 2005, p.105).*

Kulick e Benedetti verificam que, a priori, suas informantes evocam em suas narrativas pessoais uma característica pré-existente, “natural” para seu processo de transformação. Ele estaria dado desde o princípio de sua existência. Essa seria uma forma de enfrentar o estigma, ao apontar o seu desejo dentro da chave do “desvio”. No entanto, os autores apresentam uma desconstrução dessa ideia, uma vez que elas emitem esforços de adequação à aprovação e

desaprovação social, por passarem por mulher. O corpo não é vivenciado da mesma forma pelo ser humano, está inscrito socialmente e é transformado a partir de vivências e códigos culturais estabelecidos socialmente. Pela experiência de construção travesti, podemos identificar que as identidades são construídas e reinventadas na interação com o outro, nas dinâmicas estabelecidas. A sexualidade como “dispositivo histórico”, segundo afirmado por Foucault (1993) em “História da sexualidade”, é composta por uma multiplicidade de discursos, assim como todas as outras identidades que compõem os sujeitos.

Como afirma Soares, o processo de visibilidade está fortemente ligado ao processo de (re)criação permanente das identidades individuais e dos grupos.

*Nós nada somos e valemos nada se não contamos com o olhar alheio e acolhedor, se não somos vistos, se o olhar do outro não nos recolhe e salva da invisibilidade – invisibilidade que nos anula e que é sinônimo, portanto, da solidão e incomunicabilidade, falta de sentido e valor. (2004, p. 137)*

Podemos entender a partir da construção travesti algumas das diversas formas de ser homem ou mulher. Ela reafirma a ideia das identidades como uma construção social permanente e, portanto, renovadas, controladas ou negadas socialmente. É ancorando a sua identidade e, também, diferenciação em seus corpos transformados que as travestis constroem a suas representações do feminino e de si mesmas. Constituídas na interação com o outro, essas representações estão inseridas em relações de poder, de disputas entre o “normal” e o “desvio”, a “verdade” e a “farsa”, portanto, identidades políticas.

## 5.2.

### Saindo dos armários

O fortalecimento e a visibilidade de diversas identidades estão entrelaçados com a construção da dinâmica da aids no Brasil. Como tentamos mostrar neste trabalho, a emergência das identidades é um processo marcado por interações de poder possíveis dentro de um contexto histórico-social e, por isso, estão sempre em processo de transformação, como aponta Hall. Nas palavras de Guacira Louro (2007), essas múltiplas e distintas identidades

*...constituem os sujeitos, na medida em que esses são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência. [...] Somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes. (p.12)*

As identidades teriam caráter fragmentado e instável, negociado e renegociado, reelaborado a todo instante a partir da interação, e sua afirmação se daria na sua contrariedade pelo outro. No caso da aids, identidades sociais e políticas que deveriam ser contempladas com políticas públicas específicas incluindo-as no *hall* da cidadania.

O início da resposta à epidemia de aids, esboçada pelo esforço de organizações gays, e potencializada pela emergência das ONGs/aids é fundamental na construção da agência pública da aids e na concepção de um movimento social amplo. Esse movimento particular, por meio de uma interação com o PN, imprime a capacidade de estabelecer “pontes” e “mediações” para a produção de novas agendas tanto para governos como para sociedade civil sobre sujeitos e temas antes silenciados ou “invisíveis”, propondo uma reconfiguração de sua condição vulnerável em uma identidade política.

O crescente número de identidades sexuais reforçado por uma conjuntura que incluía a emergência da aids acirrou a necessidade de uma aproximação entre as esferas pública e privada. Era preciso debater como interferir, a partir de uma política pública, nas práticas sexuais. Isso significaria enfrentar o questionamento sobre os papéis sexuais e a heteronormatividade, medo reforçado pela epidemia, como verifica Jeffrey Weeks (2007). Segundo ele:

*A aids serviu para cristalizar um conjunto de ansiedades sobre mudanças no comportamento sexual, as quais, desde 1960, se focalizavam no crescimento da consciência gay auto-afirmativa. Essas ansiedades pareciam, por sua vez, ter sido parte da ansiedade social gerada por modificações mais amplas na cultura das sociedades ocidentais, causadas por uma diversidade social. (p. 79)*

A emergência de movimentos sociais preocupados com uma mudança cultural, no caso da aids, foi impulsionada pela necessidade de combater o estigma que as ansiedades em torno da epidemia reforçou. Para enfrentá-las e enfrentar a doença, era preciso reconhecer a diversidade social e sexual e incorporá-las, ressignificando-as em políticas públicas.

Goffman (1963) aponta para as normas sociais que categoriza as pessoas e

afirma haver uma relação entre essas normas e a construção das identidades. Nesse sentido, o autor propõe o entendimento do estigma sob a perspectiva da interação entre uma pessoa que classifica e identifica na outra atributos negativos, ou estigmatizados, conformando aquilo que se considera “anormal” em oposição à classificação do “normal” que abarcaria os atributos considerados “positivos”.

O que movimentos como o homossexual e travesti construíram foi um enfrentar do estigma no sentido atribuído por Goffman “um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo” (1963, p. 15) e transformaram naquilo que Pierre Bourdieu (2000) chama de “emblema”.

*O estigma produz a revolta contra o estigma, que começa pela reivindicação pública do estigma, constituído assim em emblema (p. 125).*

Eles ressignificaram o atributo “negativo” de “desvio sexual” e a ideia de grupo de “poluição” que disseminava a aids em uma identidade positiva. Seriam esses grupos que poderiam interferir significativamente no controle da epidemia a partir de sua *expertise* e da identificação de segmentos populacionais. No entanto, esses processos de fortalecimento e reelaboração de identidades subalternas aconteceram em meio a contexto social propício. É impulsionado pela experiência das ONGs/aids e a construção do movimento social de aids na interação com a agência pública. A expressão cunhada pelo movimento do “não fale de mim sem mim” e o próprio reconhecimento do PN de sua incapacidade de intervenção social sem essa *expertise*, a formulação do projeto Aids e seu promotor sentido de fortalecimento de organizações e movimentos, entre outras variáveis, contribuíram para isso. Como revela a entrevista de Eduardo Barbosa.

*Por exemplo, a própria história hoje do Brasil de ter como fundamento a parceria com a sociedade civil para estratégias de prevenção, para chegar às populações mais vulneráveis, de hoje falar aquilo que as travestis colocam lá do jeito delas ‘nada sobre mim sem a minha participação’, acho que isso foi uma coisa de construção. As próprias pessoas soropositivas desde o início marcaram muito isso. ‘não adianta ficar falando de mim, se eu vou morrer, se vou tomar o remédio, se eu não tiver consciência disso’. (grifo meu)*

O que podemos perceber é que as dinâmicas da aids estabelecidas ao longo do tempo são promotoras da emergência, visibilização e do fortalecimento de processos de identificação e construção de identidades políticas. Emprestam sua

experiência à emergência e negociação dessas identidades Hall afirma que os chamados “novos” movimentos sociais ancorados em dimensões subjetivas e objetivas da política e com forte ênfase em uma forma cultural fizeram emergir aquilo que ele chama de “política de identidade” ao tornarem visíveis novas identidades sociais e seu processo de afirmação e diferenciação. Teriam, e isso ele atribui ao precursor movimento feminista, politizado o privado, a identidade e o processo de identificação. Os movimentos como homossexual, de lésbicas, e travesti e transexuais confrontam as formas de poder na sociedade. Eles buscam transformar culturalmente a sociedade ao questionar a “verdade” dada sobre a sexualidade e suas relações hierárquicas.

### 5.2.1.

#### **As travestis vêm com tudo**

A luta pela cidadania LGBT ficou em segundo plano nos primeiros anos da epidemia, mas foi impulsionada a partir da dinâmica da aids que colocou em evidência as diversas formas de exercer a sexualidade fora de uma chave patologizante. É a partir do advento do projeto Aids I que é possível perceber um crescimento significativo dos grupos que compõem essa sigla.

Como afirma Reis (2008), uma vez que o movimento de aids havia concentrado esforços em “desomossexualizar” a epidemia. No início da década de 1990 foram muitas as divergências acerca do envolvimento do movimento LGBT<sup>62</sup> no movimento de aids. No entanto, a partir do entendimento de que a aids impactava toda a sociedade e que esses grupos eram bastante atingidos dada a sua vulnerabilidade social, a entrada do movimento como identidade LGBT teve sua inserção negociada.

As próprias ONGs/aids funcionaram como mediadoras iniciais desse

---

<sup>62</sup> Sobre o movimento LGBT ver “Na trilha do Arco-Íris – do movimento homossexual ao LGBT”, de Julio Simões e Regina Fachinni. Os autores traçam um panorama da politização das identidades sexuais e de gênero nas últimas décadas. Também o trabalho de mestrado de Vera Marques da Silva, “Da espetacularização à agenda política: uma leitura política do movimento LGBT”. Nele, a autora aponta a constituição de diversos sujeitos políticos dentro do Movimento LGBT que em relações de poder articulam uma agenda política única como forma de visibilizar a sua sexualidade como legítima. Afirma, também, que esse movimento não está distante dos partidos políticos, pelo contrário, encontra-se em exponencial interação com eles.

movimento ao direcionar projetos para essas populações e na sua interação com o PN incentivar a organização do movimento no modelo ONG. A dinâmica da aids construída emprestou a sua experiência de interação para um estabelecimento de relação entre o PN e o movimento LGBT já dentro dos moldes de parceria, cooperação e financiamento que são direcionados não apenas para a execução de projetos por parte de suas organizações, mas também para a realização de eventos.

Mesmo antecedendo à fundação da ABGLT, em 1995, o movimento social travesti esteve em processo de consolidação sob o guarda-chuva do movimento LGBT.

A construção da identidade travesti é recente. Kulick (2008) aponta que as travestis teriam começado a esboçar-se como tal em maior número apenas na década de 1970, a partir da massificação de hormônios femininos como os contraceptivos. A introdução do silicone no Brasil remarca a década de 1980, período que elas começaram a migrar para a Europa, principalmente para a Itália e França. Isso significa que a aids chegou ao Brasil no mesmo período no qual as travestis formulavam os seus discursos.

O projeto Previna, posto em prática em 1989, como verificado no capítulo primeiro, apenas tangenciou a questão travesti, mas não a enfrentou. Naquela ocasião, a interação da agência com esse segmento estava sob a chave da prostituição. É na década de 1990, precisamente em 1992 que podemos perceber emergência de grupos travestis e a sua inserção na luta contra a epidemia. Essa inserção é impulsionada pelo momento de parceria e cooperação entre sociedade e PN fortalecidos pela criação da Unidade de Articulação com a Sociedade Civil e Direitos Humanos e da consolidação do Aids I, que contribuiu para a emergência de diversificadas organizações na luta contra a epidemia. Essa relação causal pode ser verificada pela data de fundação dos grupos travestis e pelo apoio quase que exclusivo do PN aos encontros desse segmento.

É possível afirmar que os financiamentos do PN às ONGs/aids no período posterior ao projeto Aids I têm inegável impacto no movimento travesti. Organizações como Gapa e Nuances em Porto Alegre, como verificado por Klein (1999; 1998a; 1998b), Abia e Grupo Arco-Íris no Rio de Janeiro, seja sob a bandeira travesti, homossexual, HSH ou LGBT, ao desenvolverem trabalhos específicos de distribuição de camisinhas e informações sobre prevenção do HIV/aids e operarem seus espaços como espaços de encontro para reflexões sobre

discriminação e violência, e sexualidade, tornaram-se promotores de empoderamento da identidade e visibilidade desses segmentos.

Esses trabalhos estariam circunscritos nos preceitos articulados entre o movimento social de aids e o PN, que indicariam que a redução do risco de infecção demanda o entendimento acerca de fatores como diversidade sociocultural e econômica e política que conformam a vontade e habilidade de incorporar o sexo seguro. Em outras palavras, depende em intervir na percepção de risco possível pela promoção da autoestima. A prevenção, portanto, é uma ação para além da distribuição de camisinha, mas que parte da ideia de desconstruir o estigma sob o qual esses grupos vivem.

Isso significaria aquilo que Pelucio (2007) denomina politização desses indivíduos como uma meta estabelecida, um centramento na ideia de sujeito político/objeto da política. Nesse sentido, como afirma a autora, essa responsabilização propunha que fossem eles os protagonistas da luta contra a aids e engajados nela politicamente. Essas ações reforçam a ideia de que a dinâmica estabelecida entre as ONGs/aids seria fundamental para a emergência de novas identidades e agendas no mundo público e a interação com o PN para que essas agendas fossem legitimadas a partir da ressignificação em políticas. Essa visibilidade contribuiu para a emergência de diversas organizações travestis.

O movimento social travesti tem o seu “mito de origem” a partir da fundação da Associação de Travestis e Liberados (Astral) no Rio de Janeiro, reunidas no Iser - a mesma ONG que participou da primeira edição do projeto Previna em 1989. A Astral, fundada em 1992, seria a primeira ONG voltada para as demandas das travestis. Coordenada por Jovana Baby, a instituição começou a organizar um encontro de articulação das travestis em torno da temática de aids, o que viria a ser o I Encontro Nacional de Travestis e Liberados que lutam contra a Aids (Entlaid) <sup>63</sup>, realizado em 1993 com o tema “Cidadania não tem roupa certa” e contou com 95 participantes.

O encontro, segundo as organizações travestis, seria o espaço para discutir, elaborar e construir políticas públicas, principalmente nas áreas de saúde, educação, trabalho e habitação que considerem a peculiaridade travesti e sua inserção econômica e sociocultural.

---

<sup>63</sup> Hoje o encontro é conhecido como Encontro Nacional de Travestis e Transexuais.

As travestis relatam que não se sentiam contempladas nas discussões de gênero orquestradas por outras instituições que as representavam. Entre outros motivos, é preciso lembrar que a travesti é uma inflexão homossexual que está relacionada com o desejo. De acordo com Kulick (2008), as travestis “não se interessam por homens que partilhem com elas os mesmos desejos sexuais” (p.139). Isso significa que em vez de um relacionamento fundado na identidade, como o fazem outros homossexuais, as travestis se relacionam a partir da diferença. O gênero travesti é pautado pelo feminino, como afirma Benedetti (2005):

*Um feminino tipicamente travesti, sempre negociado, reconstruído, ressignificado, fluido. Um feminino que ser quer evidente, mas também confuso e borrado, às vezes apenas esboçado. O feminino das travestis é um constante jogo de estímulos e respostas entre o contexto específico de determinada situação e os sentimentos e concepções da travesti a respeito do domínio de gênero. (p.96)*

Portanto, a identidade homossexual, por exemplo, é apenas uma das identidades que compõe a identidade travesti. Ao não se resumir a ela, suas peculiaridades dificultam o entendimento e a representação por outro grupo.

Outra questão, que está fundada em uma tensão ainda maior, está relacionada com a discriminação entre identidades. Seria leviano fazer uma afirmação categórica em relação aos motivos dessa discriminação, mas tanto a literatura quanto trabalho de campo indicaram que alguns segmentos *gays* agem de forma excludente e discriminatória. De qualquer forma, é de suma importância para a organização política do movimento travesti a identificação de que elas deveriam representar a si mesmas. Esse, inclusive, é um dos avanços do movimento identificado por Tathiane Araújo quando questionada, em entrevista feita pela autora do presente trabalho, sobre o que destacaria de positivo no século 21.

*Olha, o positivo é não deixar mais que outras comunidades se aproveitem da vulnerabilidade da travesti [...] A gente já viu muita gente falando de travesti que não tava preocupado com a travesti, que queria fazer isso pra ser mais fácil de...chamar mais a atenção... [...] até bem pouco tempo atrás a gente via gente que não é travesti falando de travesti como se fosse a madrinha, o padrinho e... coitada dessa populaçãozinha que...é analfabeta, são incapazes, são assim, a escória da sociedade [...] Então a gente já teve muito isso, isso é prejudicial. Não faz a comunidade crescer, não faz ela ser responsável pela construção de sua história...*

Thatiane Araújo, hoje na Cams, revela que não estava presente no primeiro Entlaids, mas afirma que o primeiro encontro serviu como um momento de compartilhamento de experiências, de “angústias” e reunião de trabalhos que existiam na “luta contra a violência e contra a exclusão”.

Podemos perceber a importância do I Entlaids na organização política das travestis. O processo de identificação é fortalecido a partir das histórias de exclusão e vulnerabilidades comuns, contribuindo para a solidariedade de grupo a partir de um pertencimento e abrindo a possibilidade de ação conjunta de reivindicação, negociação e participação nas instâncias decisórias. Como ressalta Scherer-Warren (2008):

*A partir dos vínculos sociais e políticos interindividuais e interorganizacionais, as redes de movimentos desenvolvem seus processos mobilizatórios em espaços locais ou regionais, mas, de forma articulada buscam impacto midiático, visibilidade numa esfera pública ampliada, desenvolver estratégias políticas e propostas programáticas em torno de suas necessidades e de sua noção de direitos. (p.514)*

Klein (1998a; 1998b) relata, a partir do assassinato da travesti Cris Loira em Porto Alegre em 1994, uma resposta coletiva das travestis que culminou com a “Passeata contra a violência” no mesmo ano. De fato, pelo seu artigo de título sugestivo “From one battle to another”, ele revela o início da participação política das travestis por uma ação coletiva de protesto e reivindicação de direitos. A passeata que reuniu 80 pessoas teria sido possível pela organização prestada pela ONG/aids Gapa e suas interações políticas. O Gapa parte de sua experiência e acessa a Comissão de Cidadania e Direitos do estado de Porto Alegre, assim como deputados das diversas instâncias para assinarem uma carta de protesto.

A passeata pôs em evidência a violência contra as travestis e pressionou o poder público para uma atitude. Mais do que isso, empoderou as travestis para a possibilidade de luta política, mesmo que naquela época o autor reforce que as travestis ainda dependiam da ONG para sua organização. No entanto, pode-se afirmar que ações como as do Gapa serviriam como um mecanismo similar ao das lideranças carismáticas da aids na década de 1980.

Ao mesmo tempo, a segunda edição do projeto Previna ganhava forma, desta vez, focando também o segmento homossexual como forma de construir estratégias de prevenção e de enfrentamento da epidemia dessa população. Outras tantas organizações travestis vão surgindo no país, fortalecidas, estimuladas e

legitimadas pelos encontros desses grupos. Também eram construídas articulações com o PN para a formação de uma rede de ONGs e ações estratégicas para demandas específicas de travestis.

Os Entlaids seguiram acontecendo, mesmo com eventuais percalços logísticos e financeiros. A organização do encontro passa a contar com apoio financeiro do PN a partir de 1996, na sua quarta edição. Tudo leva a crer que a parceria surge às vésperas do encontro que quase não pôde ser realizado.

É no ano seguinte que podemos identificar um maior número de participantes nos encontros, variando entre 200 e 280 pessoas. Os temas, vale ressaltar, conjugam uma afirmação da identidade, e ocupação de espaço social e político, além de uma ação política no sentido de interferência nas políticas públicas, construindo novas formas de se estar no mundo: “Conquistando novos espaços”, em 96; “Abrindo novos caminhos”, em 97; “Unid@s construindo uma nova realidade social”, em 99; “Unid@s pelo direito de ser”, em 2000; “Políticas públicas na diversidade”, em 2002; “Direitos humanos – promoção à saúde, prevenção, sustentabilidade, sexualidade e avanços do movimento trans nacional”, em 2003; “Uma década de Entlaids”, em 2004; “Políticas públicas na diversidade”, em 2005; “Um Brasil de todos é um Brasil sem transfobia”, em 2006; “Cidadania, um direito de tod@s!”, em 2007; “Ampliando horizontes para a cidadania”, em 2008; “Muito prazer, eu existo”, em 2009. Este, além de outros, com o objetivo de discutir temas como utilização do nome social. Em 2010 seria realizado em novembro, em Aracajú (SE), a sua XVII edição, organizado pela Astra, da qual Tathiane Araújo faz parte.

As temáticas dos encontros refletem o que Tathiane Araújo chama de “amadurecimento do movimento”. Acredito que esse amadurecimento apresente diversas entradas. Ao longo do tempo é possível perceber uma interação do movimento com instâncias governamentais e a academia. O próprio PN esteve presente na mesa de diversas edições do Entlaids. O movimento começou a investir na interação mais próxima e passou a ocupar cadeiras em grupos de trabalho nas pastas da Educação, Cultura, Segurança Pública, Saúde. Além disso, conquistou assento permanente na Cams, como visto no capítulo anterior. A articulação do movimento e a interação com agências públicas permitiram a identificação de demandas e sua reivindicação para além das questões da aids como estratégia de reivindicação de políticas.

Houve também uma tentativa de agregar em sua identidade as transexuais que foram inseridas no contexto de articulação para a construção de uma agenda comum, a partir de 1994. A conceitualização travesti e transexual, importantes questões para sua identidade, foi motivo de debates acalorados em diversos Encontros. Esses debates aconteceram em 1997 e 1999 (Benedetti, 2005). No último, em 2009, buscou-se articular o discurso sobre como as trans querem ser vistas e respeitadas e de forma a aumentar o impacto e ter mais visibilidade nas diferentes políticas públicas. Assim definiu Thathiane Araújo em entrevista:

*Travesti é uma identidade permanente de gênero, que passa por uma constituição física e identitária e transexual é uma questão que a pessoa necessita de uma reconstrução do seu sexo para se sentir plenamente satisfeita com o seu corpo e alma em comunhão.*

Provocada por Thathiane Araújo, fui ao dicionário conferir o significado atribuído para travesti.

*Travesti no Aurélio significa homem que se veste de mulher. Se pegar o Aurélio e abrir agora você vai ver isso [...] travesti é diferente dessa realidade que passa numa referência gramatical que é o Aurélio.*

De fato, ao consultar outros dois dicionários *online*, nenhum deles expressou a dimensão da identidade que ela reivindica.

*s.m. (pal. fr.) Disfarce no trajar. (Usa-se geralmente em relação a homens que vestem roupas femininas, ou vice-versa.) / P. ext. Indivíduo, às vezes artista, que usa travesti. (Aurélio)*

*sm (fr travesti) 1 Disfarce sob o traje de outro sexo. 2 por ext Disfarce. (Michaelis)*

*(francês travesti) s. 2 gén. 1. Disfarce sob o traje de outro sexo. 2. Papel de um actor/ator com vestuários usuais no outro sexo. 3. Pessoa que pratica o travestismo. = transformista. (Priberan)*

Alguns autores utilizados neste capítulo (Benedetti, 2005; Bento, 2006; Kulick, 2008) contribuem para o entendimento dessas diferenças entre travesti e transexual explicitadas por Thathiane Araújo. De maneira geral, os autores concordam que as últimas frequentemente negam a sua genitália, enquanto as primeiras as utilizam como parte de sua identidade. Embora essa diferenciação por vezes tenha pouco sentido para o grupo, ela se faz necessária para a

articulação de reivindicações em políticas públicas.

Como encontro técnico e político de articulação de organizações trans, foi no Entlaids de 2009 a formulação de proposta de processo travestizador para o Sistema Único de Saúde (Sus). Resumidamente, seriam ações como terapia com hormônios que contribuiriam para a diminuição da utilização de silicone industrial em seus corpos, o que traz algumas conseqüências significativas. O processo transexualizador que prevê acompanhamento da utilização de hormônios, cirurgia da genitália e acompanhamento de equipe multidisciplinar já está previsto no Sus. As transexuais possivelmente alcançaram esse direito por entenderem a sua condição em concomitância com o discurso médico, e se utilizam dele, como demonstra Benedetti, empregando as noções de patologia e desvio, ao contrário das travestis. No entanto, é essa se tornou mais uma reivindicação. Esse processo é concedido apenas para as mulheres-trans, ou seja, aquelas que nasceram com genitália masculina, o que torna necessária a abrangência para os homens-trans.

Outro aspecto apontado claramente por Tathiane é a institucionalização do movimento. Segundo ela, a maior parte das organizações travestis está sob o signo do CNPJ e isso não é uma questão para o movimento travesti.

*Eu acho que isso não precisa ser colocado em questão. Têm até situações [de financiamento] que as pessoas miram os movimentos sociais [...] o problema é a sobrevivência disso.*

Há indícios de uma linha tênue entre o movimento social travesti e as organizações travesti, que se confundem. São as organizações que formam o movimento social e é sob a batuta do CNPJ que elas operam as suas ações. De fato, embora devam existir em menor grau, não encontrei outra fonte de financiamento para as organizações travestis além das agências governamentais. O PN e as suas versões descentralizadas nos estados são os principais financiadores dos encontros e das ações dessas organizações, assim como instâncias multilaterais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (Unaid). De maneira geral, elas trabalham sob a forma de parceria, a partir de interferências específicas com o público que com elas se identifica.

Esse cenário parece estar mudando, pelo menos na Argentina, que há pouco tempo teve veiculada propaganda de um banco chamando a atenção para a

identidade travesti como um segmento que existe e têm direitos. Outro indício é uma mudança de postura do próprio movimento no Brasil, que no último Entlaids recorreu a alguns sindicatos e, principalmente, à Coordenação Nacional de Lutas para maior articulação e apoio institucional mútuo, ampliando as suas interações.

O CNPJ responde a uma pressão da agência pública de forma a homogeneizar um tipo de parceria importante para a execução da política pública da aids. As falas de Tathiane Araújo referendam a ideia de que sendo essa uma relação de troca, o movimento ganha em abrangência, poder e efetividade.

*ele [o PN] é o órgão governamental que mais soube dialogar e facilitar a política pública em parceria com o movimento social. Em absorver o tá na base [...] é parceiro histórico que, assim, teve um papel importantíssimo pra o fortalecimento do movimento travesti [...] acho que a gente tem uma longa caminhada ainda histórica pra andar junto, ser parceiros assim e tentar afirmar projetos, atividades em conjunto [...] porque o departamento quando apóia as populações vulneráveis, está contribuindo para sociedade como um todo, você tá entendendo?*

Há o entendimento de que o movimento social travesti, pelo menos hoje, é impulsionado por essa relação com o PN. A discussão que trouxe tensões para o movimento de aids não parece afetar o movimento que “orbita em torno dele”, como afirmou Kátia Edmundo no capítulo segundo, talvez por ser o movimento travesti um ator político que emerge em meio a uma dinâmica em curso e, portanto, já inserida em contexto de transformações ocorridas a partir dela.

Por vezes, essa questão acirra tensões com as ONGs/aids. Durante o trabalho de campo e, também é algo presente na fala de alguns informantes, esse *status* das organizações travestis foi questionado. Há um certo posicionamento de que o movimento social travesti, embora inserido dentro do contexto do movimento de aids, não se faz presente efetivamente. Em outras palavras, porque o movimento travesti realiza encontros como o Entlaids, discute as suas questões relacionadas ao HIV/aids nessa esfera e esvazia suas demandas dos Enongs.

A primeira vez que as travestis estiveram em um Enong foi em sua sétima edição em 1995, em Salvador, como aponta Lindner (2005). Suas questões específicas não foram tratadas naquela ocasião. Em 2001, no XI Enong em Recife, também ocorreu encontro paralelo desse e de outros segmentos, como prostitutas. De fato, no XV Enong em 2009, do qual participei, eram poucas as travestis presentes. Mas não poderia atribuir isso a uma falta de importância por parte

delas. Sabe-se que para participar desses encontros é preciso ser “delegado”, ou seja, ser eleito nos encontros regionais. É possível também participar como observador, como foi o meu caso, mas isso implica custos que, às vezes, não são possíveis de serem arcados pelas organizações.

Voltando ao *status* das organizações travestis, o que acirra a tensão é o fato de, mesmo não tão presentes nos Enongs e realizando encontros paralelos, as organizações travestis procurariam o “dinheiro da aids”, como narrou um informante, para realizar suas atividades. Do seu ponto de vista, por acessar esses recursos materiais e simbólicos, o movimento social travesti deveria agregar mais aos Enongs, fortalecendo esse espaço como espaço de discussão das suas questões relativas à epidemia. Creio que esse seja um ponto importante para reflexão de ambos os atores. Consolidar ainda mais as suas agendas da aids é um esforço mútuo que depende, entre outras ações, de discutir as suas diferenças, fortalecendo assim seus elos de solidariedade e respeito mútuos. Nesse sentido, como verificado no capítulo anterior, espaços como a Cams funcionam como articuladores das relações sociais e podem contribuir para o fortalecimento da solidariedade, como indica Cohen (1995).

A existência de movimentos como o travesti, gestados no processo de interação entre movimento de aids e agência pública, é o “valor” do movimento de aids, como também afirma Kátia Edmundo, no capítulo já citado. A dinâmica da aids fez emergir novos movimentos e agendas fundamentais para a luta contra a epidemia. No entanto, o reconhecimento do protagonismo do movimento social travesti também está ancorado no reconhecimento, por parte do movimento de aids, como um movimento autônomo, inclusive para decidir quais são as questões e em que circunstâncias deseja decidir suas demandas.

Ainda sobre o que é atribuído como “amadurecimento” do movimento social travesti, é possível afirmar, e ficará mais evidente neste capítulo, que ao longo de sua trajetória há uma clara organização de suas estratégias de afirmação política. O movimento social travesti orchestra seus variados discursos impulsionado pela interação com outros atores, constrói e reconstrói a sua identidade coletiva ao gerar, no processo, sentimento de pertencimento, de compartilhamento de crenças e valores, e estabelece redes sociais que são assumidos pelo grupo. Nas palavras de Gohn (2009), seria um movimento que:

*Cria sua própria identidade a partir de suas necessidades e seus desejos, tomando referentes com os quais se identifica. Ele não assume ou 'veste' uma identidade pré-construída apenas porque tem uma etnia, um gênero ou uma idade. (p.62)*

A partir de sua política de identidade, interage com outros atores, se reconstrói no processo de luta e, ao ter reconhecido a sua ação e demanda pelo Estado, cria laços de reciprocidade mútua, demarca seu território do “nós” e tem reconhecido a sua identidade política.

O empoderamento das travestis só foi possível a partir da sua organização política. Ao abandonar as barreiras que normatizam a identidade, começam a ser “protagonista da sua história”, como reivindica Tathiane Araújo. É nesse sentido que atravessam a linha da construção de uma identidade de resistência construída diante da opressão do estigma, conforme aponta Castells (1999), mobilizando-se para uma identidade de projeto, de produção de sujeitos que elaboram um projeto de vida diferente buscando uma “transformação da sociedade como prolongamento desse projeto de identidade” (p.26).

### **5.3.**

#### **Visibilidade e legitimidade**

Foi já no século 21 que a rede nacional das travestis, que vinha sendo ensaiada desde 1994, toma forma. Em 2000 a Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (Antra) se estabelece juridicamente. A organização impulsiona a participação das travesti e transexuais nas instâncias de diálogo e interlocução com agências públicas atuando como proponente de políticas públicas e exercendo o controle social.

Segundo seu site, a atuação da Antra é no sentido de promover campanhas informativas com diretrizes políticas e apresentar proposta a fim de promover o direito das ONG associadas; colaborar em todos os níveis com outras redes a fim de desenvolverem trabalhos conjuntamente, intercambiando experiências nas áreas de atuação de cada uma; denunciar e promover a divulgação em todos os meios de comunicação possíveis de todo e qualquer caso no qual for detectado preconceito e ou discriminação; apoiar toda e qualquer ação de prevenção do HIV/aids e outras DST em todos os seus aspectos e âmbitos; apoiar as ações que

visem a melhora da qualidade de vida das pessoas vivendo com HIV/aids.

A Antra concentra energias em busca da visibilidade e da cidadania desse grupo. De acordo com o texto de Janaina Dutra, na ocasião presidenta da Antra, no Boletim especial da Abia, n.7 e 8, julho-outubro de 2004:

*O objetivo da Antra não é ser dissidente do movimento organizado de gays e lésbicas, mas ser um instrumento de mobilização para o atendimento das demandas específicas dos transgêneros, que não são comuns aos outros movimentos. (p.7)*

Com o estabelecimento dessa organização nacional foi possível realizar o que podem ser considerados grandes marcos para o movimento social travesti. Em 2003, a Antra cria o projeto Tulipa (Travestis Unidas na Luta Incansável pela Prevenção da Aids). O projeto, em homenagem a Adriana Tulipa, falecida em 1997 e uma das travestis pioneiras na luta contra a Aids, realizado em parceria com o PN, tem como objetivo identificar e fortalecer as lideranças de travestis e transexuais, capacitando-as para o trabalho em prevenção do HIV e em prol da garantia dos direitos humanos a partir de discussões sobre gênero e sexualidade, mobilização comunitária, *advocacy* e trabalho em redes. A meta do projeto, segundo sua então coordenadora nacional Keila Simpson, em matéria para Agência Brasil<sup>64</sup>, seria estruturar grupos de trabalho em todo o país e construir redes para uma maior troca de experiências entre a comunidade de travestis e transexuais. Como avalia Kátia Edmundo em entrevista, esse projeto:

*qualificou muita gente. Inclusive essa imersão mais politizada das travestis certamente tem a ver com esse projeto de formação política.*

O que ela revela é que para além de ampliar as bases do movimento travesti e da política pública, o projeto funcionaria como “tutor” de um tipo de performance discursiva tão demandada em espaços como a Cams.

O projeto tinha o mesmo escopo do projeto Somos para a população homossexual e seria estratégico, mas não uma política nacional, conforme analisa Toni Reis (2008). Sob a ótica do PN, atuaria como metodologia de prevenção, ampliando a capacidade da política pública em alcançar esse segmento, que ao

---

<sup>64</sup> Publicada em 25 de outubro de 2006.

promover e fortalecer as redes travestis consegue a ação sistemática de prevenção. Para o movimento travesti, o projeto funciona como um potencializador de sua luta. Ao emprestar a sua *expertise*, o movimento é ampliado e visibilizado. Como afirma Tathiane Araújo.

*O que a gente tá fazendo? A gente tá tentando cada vez mais fazer que esse movimento se fortaleça, que as travestis se empoderem, que os quadros políticos sejam fortes... [...] o projeto Tulipa foi muito bom, capacitou...eu mesma fui coordenadora da região Nordeste desse projeto, e assim, a gente teve muito produto bom. Depois desse projeto a gente conseguiu fundar uma instituição em Recife, outra no Maranhão, em São Luis, que hoje em dia são referências nos estados. Então assim, o movimento travesti, ele tem amadurecido bem, como eu falei antes, e que essa questão de pensarmos em politizar, sempre vai trazer um produto bom.*

O PN cumpre assim com a sua ideia de responsabilidade de identificar e capacitar lideranças, como afirmado por Eduardo Barbosa no capítulo anterior, e o movimento consegue consolidar novas ONGs que, além de ampliar a interferência do Estado, potencializam seu desenvolvimento institucional e político. Nesse sentido, a dinâmica estabelecida entre esses atores resulta em legitimação da política e visibilidade e legitimidade do movimento que acessa os recursos materiais e simbólicos de ser interlocutor da agência.

O segundo marco acontece no ano seguinte, em 2004. Em parceria com a Antra, o Ministério da Saúde pelo PN lança a campanha com o slogan “Travesti e respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos. Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho. Na vida”. O impacto dessa campanha foi significativo. Ela desconstrói o estigma atribuído às travestis e abre espaço para uma visibilização positiva de sua identidade. Para além da pasta da Saúde, a ação contribui para a construção de uma imagem pública na qual a travesti é revelada como sujeito de direitos. Na opinião de Tathiane Araújo,

*Ninguém vai negar que foi um marco histórico, assim, pra uma comunidade que é só vista pra ser da noite, pra ser da esquina, pra ser do gueto... tá ocupando um espaço de visibilidade assim, de política nacional, o Congresso...né? [...] aquela campanha, foi a primeira campanha governamental assim... direcionada pra comunidade travesti...[...] uma campanha pra aquele momento até mesmo que ajudou a consolidar o movimento das travestis...*

A campanha foi lançada no Congresso Nacional e marcou a data do Dia da

Visibilidade Travesti, comemorado sempre em 29 de janeiro. Como atesta Tathiane Araújo, a campanha desloca a ideia da prostituição, do exótico e da marginalidade travesti para uma que evoca o respeito à sua identidade e o resgate da sua autoestima. A interação com a agência e a ação conjunta traz para a agência pública um novo paradigma de formulação de políticas públicas ao ter que agregar agendas que vão sendo construídas no processo. O movimento social travesti reelabora sua identidade que, ao ser reafirmada, se desloca cada vez mais para um pólo positivado. Com a campanha, a primeira de outras que foram sendo realizadas, foi possível inserir a agenda travesti em outras pastas e consolidar articulações com outros atores da sociedade, para além do PN e das ONGs/aids.

As travestis e outros segmentos LGBT conseguiram outras reivindicações na mesa de negociação com o PN e outras agências. Embora não seja possível avaliar cada uma neste trabalho, a sua listagem pode contribuir para atestar o alcance desse movimento neste século. Além de uma agenda específica para as travestis no enfrentamento da epidemia de aids, consolidada em 2007 e reafirmada por meio do Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e DST entre Gays, outros Homens que fazem Sexo com Homens (HSH) e Travestis, é possível citar o Programa “Brasil sem Homofobia”, lançado em 2004, e que articula diversos ministérios, secretarias e organizações; o projeto Aliadas, que tem atuado em parceria com a Frente Parlamentar pela Cidadania GLBT, do Congresso Nacional, no sentido de aprovar leis que defendam os direitos LGBT; a realização da Conferência Nacional GLBT, em 2008; a consulta nacional sobre DST/aids, direitos humanos e prostituição, dentro do âmbito do Plano de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de DST/HIV/aids, em 2008; o Plano Nacional da Cidadania e de Direitos Humanos de LGBT, em 2009 e que orienta políticas públicas a partir de 50 diretrizes e ações; o projeto Astral Top, criado em uma parceria da ABGLT e da Antra e com foco nas políticas públicas de trabalho, de forma a ampliar as possibilidades para esse segmento.

De fato, a interação com o PN e outros atores legitima o movimento e aumenta as possibilidades de alcançar suas demandas. O que Tathiane chama a atenção é sobre o sentimento de respeito mútuo entre as travestis, contribuindo para aumentar a autoestima do grupo. Ao acessar os recursos materiais e simbólicos no estabelecimento dessas dinâmicas, o movimento passa a ser uma missão para suas militantes. O esforço em capacitação de lideranças contribui

nesse sentido, diminuindo o risco de infecção pelo HIV.

*Você escutar, igual eu já escutei uma travesti dizer assim: ‘aí mona, ninguém tá ligando pra mim, nem eu tô ligando mesmo pra mim. Pra que eu vou usar [...] preservativo? Deixa aí mesmo. Se pegar, é bom que eu morro mais rápido...pra minha mãe não ficar dizendo que tem vergonha de mim, de eu tá nua aqui na esquina todo dia.’ E aí? [...] Hoje em dia, assim, o maior problema da gente é trabalhar a autoestima das meninas. Nós estamos mudando isso. A mudança de cultura da travesti, de hoje em dia ela se amar mais, querer se cuidar mais, ter mais responsabilidade com sua vida e conseguido criar um clima de diálogo [...] fortalecendo a construção da nossa história, entendeu? A população travesti hoje dialoga com outros setores da sociedade e isso é muito bom pra gente.*

A parceria com o PN, portanto, traria resultados mais abrangentes. Para Tathiane Araújo, é interessante notar que a interação com a agência pública provocou uma mudança na identidade travesti. Essa seria, na sua opinião, uma contribuição do próprio movimento para o PN. O empoderamento do movimento aumenta as chances de efetividade da política pública e sua legitimidade. Trata-se de uma dinâmica contínua, de processos que transformam os atores.

A discriminação contra as travestis aumenta o risco de infecção pelo HIV. Como explicitado no capítulo anterior, a condição de população vulnerável diz respeito aos diversos fatores econômicos, sociais e culturais nos quais a população está inserida. O constrangimento de não ser chamada por seu nome social em uma unidade de saúde dificulta o seu acesso a ele. O estigma atribuído a essa população dificulta o diálogo com o agente de saúde. Esses são apenas alguns fatores que prejudicam o acesso dessa população à informação e ao tratamento. Mas, como puderam ser observados, tantos outros contribuem para aumentar a vulnerabilidades das travestis. É nesse sentido que o avanço do Estado em política de aids depende dessa interação.

A parceria entre a agência pública e o movimento travesti tem efeitos positivos sobre a identidade dessa população e promove sua visibilidade, mas dentro da lógica de Estado não conseguem ultrapassar uma barreira importante: a “invisibilidade epidemiológica”. Não existem dados estatísticos específicos para as travestis. Tantos nos dados relativos à epidemia de aids quanto em outros, como os que denunciam agressões físicas ou simbólicas, as travestis aparecem diluídas sob a categoria “homossexual”. Como vimos neste capítulo, essa é uma categoria controversa para esse grupo e que não dá conta da dimensão de sua identidade.

Analisando as atas da Cams é possível perceber que faz algum tempo que essa é uma reivindicação que frequentemente aparece nas falas das travestis ali presentes. Na 25ª reunião da Cams, em fevereiro de 2010, presenciei uma dessas intervenções. Durante o pré-lançamento da campanha “Sou travesti. Tenho direito de ser quem eu sou”, realizada a partir de oficinas com as travestis, Tathiane Araújo cobrou explicitamente dados epidemiológicos que contemplassem as travestis: “ou não vamos ter campanha de massa que dê essa visibilidade positiva”, ressaltou.

Em relação à discussão que observei, uma questão está atrelada a pouca penetração de campanhas, principalmente para esse segmento, nos meios de comunicação de massa. Em 2009, embora outros grupos estivessem contemplados, o Unaiids tentou veicular a campanha “Igual a você”, contra o estigma e o preconceito no Brasil. Poucos foram os veículos<sup>65</sup> que promoveram os spots, produzidos em parceria com os respectivos movimentos. Trata-se, claro, de uma veiculação pública que não envolve recursos financeiros.

Mas a fala de Tathiane Araújo chama a atenção para algo ainda mais fundamental, segundo ela. É uma reivindicação da “verdadeira existência” das travestis sob uma lógica de Estado, em uma linguagem de Estado como acionador de transformação social. Da mesma forma que aponta Eugênia Motta (2010) em sua análise sobre o chamado “Mapeamento da Economia Solidária”, a cultura dos números reivindicada pelas travestis contribuiria para que as especificidades e visibilidade travesti se tornassem relevantes para além da sua própria “comunidade” e passassem a ser vistas como pertencentes a um universo de interesse público.

As travestis reivindicam a criação de um conhecimento científico que apontaria para a exigência de uma ação pública direcionada e efetiva, reforçando a expertise acumulada por parte do movimento. As estatísticas podem servir de vinculação da identidade travesti a uma ideia patologizante, como aconteceu no início da epidemia com os homossexuais. No entanto, também pode funcionar como mecanismo dessa população de recolocação no mundo ao trazer a possibilidade para o movimento de reelaborar uma linguagem do Estado para o seu próprio fortalecimento. Está em jogo o seu pertencimento a uma lógica

---

<sup>65</sup> A campanha foi veiculada pela TV Senado, algumas estatais e poucas vezes na TV Record.

pública de prioridades e a possibilidade de abertura de uma arena de luta em torno do seu reconhecimento e, portanto, de disputa por recursos no Estado a partir de uma demanda de incorporação pela agência de informações objetivas sobre as travestis. Nas palavras de Motta:

*Na produção dos dados, o objetivo explícito é conhecer uma realidade concreta. O esforço na criação da estatística é o de estabelecer relações confiáveis e legítimas entre esta realidade concreta, que é suposta, porque ainda não é conhecida, e sua representação estatística. São acionados aí mecanismos e dinâmicas de legitimação da relação entre a realidade concreta e a estatística. Tanto mais estes mecanismos conseguem se apresentar como legítimos para as pessoas, quanto maior é o reconhecimento desta relação (realidade concreta / estatística) como verdadeira. O acordo sobre a verdade desta relação permite que a estatística seja uma forma de falar aceitável, se tornando ela própria um outro tipo de realidade, cujos elementos e a relação entre eles formam um novo conjunto capaz de interpelar inclusive a realidade concreta. (p.202)*

A mobilização política das travestis em torno dessa demanda pela produção desse tipo específico de conhecimento ecoa nos corredores do PN. Alguns informantes afirmaram a necessidade emergente dessa produção de dados. No entanto, afirmavam ser necessária uma base de três pilares: a demanda do movimento que deve se fazer mais intensa; o Estado investir na base de dados; e a produção acadêmica chamando a atenção para o movimento<sup>66</sup>. Espero que este trabalho consiga contribuir para isso e possa fortalecer a ideia publicizada no último Entlaids no qual as travestis evidenciavam: “Muito prazer, eu existo”.

---

<sup>66</sup> Aliás, uma prerrogativa quase que exclusiva da Antropologia.